

O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021)

Reactionary Populism in Power: an Ideological X-ray of the Bolsonaro Presidency (2018-2021)

Christian Edward Cyril Lynch
Instituto de Estudios Sociales y Políticos
clynch@iesp.uerj.br

Paulo Henrique Paschoeto Cassimiro
Instituto de Estudios Sociales y Políticos
pcassimiro@iesp.uerj.br

Enviado: 3 septiembre 2021 | **Aceptado:** 10 diciembre 2021

Resumen

Este artículo pretende presentar una radiografía del populismo reaccionario en el poder, describiendo cómo diversos elementos ideológicos de la cultura política brasileña e internacional han sido reunidos por el movimiento político de extrema derecha liderado por Jair Bolsonaro. Los autores se retrotraen a la discusión politológica sobre el populismo de extrema derecha y concluyen por un análisis del bolsonarismo como “lulismo al revés” [*às avessas*].

Palabras clave: Brasil contemporáneo, populismo, lulismo, bolsonarismo.

Abstract

This article attempts to present an X-ray of reactionary populism in power by describing how several ideological elements of Brazilian and international political culture that have gathered by the far rightwing movement led by Jair Bolsonaro. The authors hark back to the politological debate on right-wing populism and conclude with an analysis of bolsonarismo as “lulismo in reverse” [*às avessas*].

Keywords: Contemporary Brazil, populism, lulismo, bolsonarismo.

Introdução

Este artigo pretende apresentar uma radiografia do populismo reacionário no poder, descrevendo como elementos ideológicos diversos da cultura política brasileira e internacional foram reunidos pelo movimento político liderado por Jair Bolsonaro. Como todos os conceitos básicos de política, “populismo” é um conceito polissêmico, cujos sentidos são disputados pelos grupos em confronto e apreciados de forma positiva ou negativa, conforme as ideologias e circunstâncias. Nos últimos tempos, o conceito tem sido empregado para designar a Venezuela de Chávez/Maduro; a Hungria de Orbán; as Filipinas de Duterte; os Estados Unidos de Trump; os espanhóis de Podemos; a França Insubmissa de Jean-Luc Mélenchon, mas também, no outro extremo, os seguidores de Marine Le Pen, de Matteo Salvini na Itália ou de Nigel Farage na Grã-Bretanha. Uma vez que compreender é distinguir, fugindo das simplificações e falsas equivalências, os conceitos só têm serventia analítica se empregados fora da chave puramente ideológica, ou seja, sem o puro objetivo de estigmatizar adversários ou legitimar a velha pretensão à superioridade dos poderosos e dos instruídos sobre as classes populares, cujo comportamento seria marcado sempre pela irracionalidade. Seguindo aqui o entendimento de Pierre Rosanvallon, acreditamos ser possível empregar o conceito de modo mais objetivo. Em primeiro lugar, porque ele está na boca de todos, utilizado para qualificar uma dimensão do ciclo político aberto desde a crise do liberalismo democrático, ocasionada pela ressaca da globalização iniciada na década de 1980. Globalização ferida desde os atentados de 11 de setembro de 2001, que recebeu seu golpe de misericórdia na crise dos *subprime* 7 anos depois. Nesse contexto de reação aos efeitos da globalização, o conceito de populismo tem sido encarado de forma diversa. Alguns veem no fenômeno a possibilidade de revitalização do projeto democrático pelo despertar mais ativo da soberania do povo, ao passo que outros, ao contrário, veem no populismo a principal ameaça a essa mesma democracia. Além disso, o conceito passou a ser reivindicado por muitos dos próprios partidários do “populismo”, seja por parte da esquerda ou da direita, na academia e fora dela. Por todas essas razões, convém não fugir do conceito, mas enfrentá-lo de forma minimamente objetiva, deixando claro o que se pretende afirmar ou examinar por meio dele.

Por “populismo” designarei um estilo de fazer política típico de ambientes democráticos ou de massa, praticado por uma liderança carismática. O argumento populista reivindica a representação de uma maioria *contra* o restante da sociedade, o que remete ao problema fundamental colocado pelo populismo para a representação democrática: nas democracias liberais é a competição política que gera o pluralismo, pois é justamente na possibilidade de um conflito entre partidos que representam forças sociais ou preferências eleitorais distintas, no contexto de um sistema político que prevê a reversibilidade das maiorias através das eleições, que o pluralismo é construído. Nesse sentido, a reivindicação populista por uma forma de *policy making* constantemente voltada para a modificação do sistema político no sentido da diminuição da autonomia

da manifestação da oposição, da *accountability* e da anulação de medidas contra-majoritárias,¹ anula ou dificulta potencialmente as possibilidades de competição e, portanto, de pluralismo democrático (Cassimiro). Sua legitimidade advém justamente da reivindicação por uma competição eleitoral que não visa a criar um consenso por maioria política, mas *revelar* a maioria autêntica através de seu intérprete virtuoso, o líder carismático. Esse modelo populista de representação *recorre a discursos baseados preferencialmente na linguagem dos afetos ou nas paixões, apelando a um “povo” concebido como um singular coletivo, ou seja, um ente, não fictício e formado por indivíduos diferentes, mas como uma entidade homogênea dotada de vontade própria*. O povo é considerado como um agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes (Incisa). Os populistas se apresentam como intérpretes privilegiados dessa vontade, boa e infalível, que viria, entretanto, sendo negligenciada ou obstaculizada por uma minoria ou elite, que à sua revelia ou contra a sua vontade monopolizaria os recursos de poder.

Do ponto de vista ideológico, o populismo é de esquerda ou de direita. O populismo é de esquerda quando, orientado pelo imperativo de redução das desigualdades pelo recurso à revolução, descreve o “povo” como o conjunto de trabalhadores explorados por uma minoria de capitalistas, que dirigiriam o Estado conforme seus exclusivos interesses. No Brasil, foram expressivos desse populismo lideranças como Getúlio Vargas, João Goulart e Lula. Mais recentemente, a nova esquerda tem privilegiado a necessidade de reduzir desigualdades que não são fruto apenas da divisão do trabalho. A chamada pauta identitária combate assim a hegemonia dos costumes impostos por concepções de poder social etnocêntricas baseadas no patriarcado, na heteronormatividade ou na branquitude. O populismo é de direita, por sua vez, quando, orientado pelo imperativo de preservação da ordem pelo recurso à autoridade, descreve o “povo” como um conjunto de empresários e famílias ameaçados em sua moral tradicional por um minoria de subversivos que atacam a propriedade privada e atentam contra os bons costumes. Também no Brasil, foram expressivos desse tipo de liderança políticos como Jânio Quadros, Carlos Lacerda e Fernando Collor. Nos últimos tempos, como reação à nova esquerda, a nova direita tem salientado em especial o combate à pauta identitária, defendendo a ordem cultural tradicional, valorizando principalmente os atributos de masculinidade ou virilidade no âmbito familiar.

Mas o populismo também pode ser *moderado* ou *radical* a respeito de sua intensidade e métodos de ação. Na *modalidade moderada*, o populismo não confronta a democracia e pode mesmo fortalecê-la. A experiência histórica demonstra que, em sociedades em processo de democratização, o estilo populista pode frequentemente desempenhar papéis positivos, na medida em que rompe o padrão oligárquico da

1 Não à toa, em casos de referência, como a Hungria, os dois procedimentos fundamentais em direção à recessão da democracia foram, por um lado, a eliminação de jornais e outras formas de manifestação da oposição e, por outro, a modificação da composição da suprema corte. Ver: Scheppele.

política e favorece a ampliação do espaço público e da participação política. O populismo varguista na década de 1950 pode ser enquadrado nessa categoria: apostava na ampliação da cidadania, e não na ruptura com o Estado de direito. O apelo aos afetos por parte do populismo moderado também pode servir à mobilização política por democratização em épocas de crise da representação política tradicional. Já a *modalidade radical* de populismo, ao contrário, desafia o Estado de direito em nome de uma democracia iliberal, apresentada como encarnada exclusivamente na figura do líder carismático. É o próprio Estado de direito que é reduzido pelo populista radical a um simples artilheiro por meio do qual uma minoria – o *establishment* – burla ou viola a democracia, em detrimento da vontade do povo, para perpetuar um sistema injusto, porque explorador ou corrompido. Uma vez que as limitações constitucionais à democracia serviriam apenas para perpetuar o *establishment*, invoca-se a necessidade de destruí-las para que “o povo” vença. O populista se apresenta assim ao “povo” como um herói antissistema. Por isso, o populismo radical está menos preocupado em governar o país forjando consensos em torno de projetos institucionais do que em explorar, por via da polarização, o mal-estar gerado por aqueles problemas, criando deliberadamente conflitos para jogar uma parte do país (“o povo”) contra a outra (o “antipovo”). O “antipovo” é composto por todos aqueles não identificados com uma ideia de povo bem definida do ponto de vista histórico, territorial ou cultural. Ações ordinárias ou divergências naturais em um ambiente democrático são transformadas em ameaças à soberania do povo. As falsas polêmicas ou notícias buscam consolidar a percepção de que a vontade do povo é sempre confrontada pelo *establishment*, a fim de que o líder carismático se revele todos os dias heroicamente em sua defesa. Em síntese, o populista radical não é um médico que chega para curar a doença de que a democracia padece. Ele é parasita que se aproveita da doença para explorá-la, multiplicando o mal-estar coletivo para apresentar-se como seu salvador, perpetuando seu grupo político no poder – geralmente um grupo de arrivistas, a que se juntam oportunistas do próprio “sistema” que supostamente se pretende combater.

É do *populismo radical de direita* que o presente artigo trata. Ele pretende resistir ao avanço da igualdade social em nome de um culturalismo supostamente representativo do “povo verdadeiro”, que justificaria a manutenção ou restauração de uma ordem caracterizada pela hierarquia no âmbito do trabalho e da vida privada. Essa ideia reacionária de “restauração da ordem” organiza o mundo entre bons nacionalistas conservadores (o “povo”) e maus cosmopolitas e progressistas (o “antipovo”), e prega uma cruzada apocalíptica da salvação de uma “civilização judaica cristã ocidental” entendida como coletividade de famílias organizadas em nações culturalmente definidas, mais ou menos independentes do Estado e amalgamadas pelo cristianismo. Embora intelectuais reacionários sustentem que a “decadência da civilização” dataria do antropocentrismo renascentista, do individualismo protestante ou do racionalismo iluminista, teria sido a partir da década de 1960 que ela teria se acelerado (Voegelin; Carvalho). O agente acelerador daquele declínio teria

sido o “novo comunismo” criado pela “nova esquerda”, caracterizada pela oposição à dominação racial, política e patriarcal, além da exploração econômica; pela defesa de uma liberdade reconstrutora de uma “nova humanidade”; pela extensão do processo democrático e pela expansão dos direitos individuais; pela mobilização de setores “subalternos” para além dos trabalhadores; e, por fim, pela ênfase na ação direta, ou seja, na confrontação nem sempre pacífica (Sousa 17-19). De posse dos aparelhos de Estado e dos meios de comunicação, o “comunismo cultural” viria nas últimas décadas estimulando o ateísmo, a homossexualidade, o ódio racial e de gênero, sem falar no aborto. A direita radical contemporânea, que flerta com a extrema-direita neofascista a ponto de por vezes se confundirem (Mudde 7), se considera uma reação legítima ao avanço da “nova esquerda” na forma de uma cruzada em defesa da “civilização ocidental” contra uma elite cosmopolita e progressista, designada como “comunotecnoburocrática”. O “povo” necessitaria ter o direito de portar armas e se organizar em milícias para proteger sua “liberdade” contra essa “ditadura comunista” imposta do alto. A redução das causas de todos os fenômenos combatidos pela direita radical a uma única ideologia (o “comunismo cultural”), supostamente manejada por uma elite cosmopolita homogênea em complô contra os povos, é típica da ideologia reacionária contemporânea. Buscaremos explorar agora como esses elementos esboçados até aqui se articulam no discurso do populismo reacionário brasileiro.

As três fontes do populismo reacionário brasileiro: o Regime Militar, o “lulismo às avessas” e o “trumpismo”.

O Regime militar como modelo de bom governo

O Governo Bolsonaro se constrói no cruzamento de três referências principais que lhe servem de norte. Em primeiro lugar, a do Regime Militar como modelo de bom governo. A imagem do Regime Militar alimentada pelo atual reacionarismo, porém, deve pouco a trabalhos históricos elaborados por professores conservadores, em matéria de processo político, econômico ou social, que geralmente enalteciam a capacidade do regime de gerar crescimento econômico sem prejuízo da ordem pública. Pode-se dizer também que ela corresponde pouco à autoimagem que os próprios generais-presidentes faziam do regime militar à época de sua duração. A imagem positiva que a direita radical e os neofascistas alimentam do período militar, foi aquela desenvolvida quando ele terminou desmoralizado pela acusação de violações reiteradas de direitos humanos, na primeira década da Nova República. Seus responsáveis foram radicais do Exército, interessados em defender a imagem da corporação contra as numerosas acusações de violação de direitos humanos formulados em obras como *Brasil Nunca Mais* (Arns), publicados por líderes religiosos favoráveis à redemocratização. Duas são as principais fontes dessa boa imagem do

Regime Militar, reduzido a um período de heróica resistência do povo brasileiro contra o comunismo. A primeira é o manuscrito conhecido como *Orvil: tentativas de tomada do poder* – cartapácio de quase mil páginas redigido anonimamente na caserna em torno de 1985, destinado a fazer a justificativa dos atos praticados pelos militares no período (Maciel y Nascimento). Em *Orvil*, as Forças Armadas são apresentadas como as patrióticas protetoras do Brasil e de sua democracia de raízes culturais cristãs contra a vasta conspiração comunista que a ameaça desde a década de 1920. O polo inimigo é formado por subversivos profissionais, políticos oportunistas e corruptos; jornalistas e professores marxistas, e estudantes manipulados pelo imperialismo soviético e cubano, sempre conspirando às escuras ou às claras para tomar o poder. Nesse quadro de guerra permanente, o golpe de 1964 e o regime autoritário que lhe seguiu surgem como um remédio amargo que os militares teriam sido obrigados a tomar para salvar a democracia do radicalismo esquerdista. Ao longo dessa guerra justa travada contra a subversão, em legítima defesa da Pátria atacada, as violações aos direitos humanos são invariavelmente atribuídas a acidentes ou negadas como não tendo ocorrido. Elas seriam produto de uma bem-sucedida campanha difamatória movida pelos subversivos, na forma de uma “guerra psicológica” (Teixeira), que lograra transformar os mocinhos (os militares) em bandidos e vice-versa aos olhos da sociedade.

A segunda fonte do Regime Militar como modelo do bom governo – porque é um governo que combate o comunismo – é *A verdade sufocada*, livro de memórias do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o primeiro militar condenado pela prática de tortura no período autoritário (Ustra). Tendo como pano de fundo a narrativa do *Orvil*, que apresenta o Regime Militar como a época gloriosa da defesa da democracia brasileira contra os assaltos do comunismo, Ustra se coloca em suas memórias, não como um vulgar e cruel torturador, mas como um herói. Ele se apresenta como o arquétipo do soldado exemplar, patriota e pai de família, cristão e varonil, que dedicou a vida a defender o povo contra o terrorismo, a vagabundagem, o ateísmo, a dominação estrangeira e a perversão de costumes. Depois de uma vida de sacrifícios, ao invés do justo reconhecimento, o coronel reformado teria sido vítima de uma campanha de difamação dos “comunistas” revanchistas, travestidos agora em defensores dos direitos humanos. O ativismo em prol dos direitos humanos era a forma nova adquirida pelo comunismo, e a Nova República, o regime por que os antigos comunistas, agora no poder, se desferrariam dos militares. Em suma, o coronel se coloca como um mártir, vítima da ingratidão e da injustiça, perseguido injustamente pelos criminosos que combateu ao longo da vida em defesa da pátria. O destino de Ustra ilustraria o opróbrio a que o conjunto dos militares teria sido relegado na democracia, desvalorizada e humilhada por seus antigos inimigos num *crecendo* até a instauração da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Esse teria sido o pináculo do processo de inversão da realidade, por meio da qual as verdadeiras vítimas – os heróicos militares, alguns dos quais mártires da liberdade, tombados

em luta contra os “terroristas comunistas” – foram convertidos em cruéis e sádicos algozes pelo revisionismo da CNV, conduzido pelos militantes da revolução comunista interrompida, cujo maior exemplo seria a presidente da República, Dilma Rousseff, ela mesma “terrorista” na juventude.

Essa imagem das forças armadas e da polícia como vítimas de uma campanha de difamação promovida por criminosos vestidos de defensores de direitos humanos foi popularizada da década de 1990 por programas policiais, como o *Cadeia Nacional*, de Luiz Carlos Alborghetti. Seu estilo caótico, vulgar e irresponsável de entretenimento antecipava o estilo do “fascismo *troll*” atual, explorando o deboche a respeito dos direitos humanos e a violência contra “vagabundos”. Policiais e militares são apresentados sempre como heróis da família brasileira (Filho).² Durante as investigações da CNV, um obscuro deputado do Rio de Janeiro começaria a ganhar destaque na imprensa, agindo publicamente para tentar barrar as investigações em locais suspeitos de sediarem torturas e execuções e recuperando o discurso do *Orvil* e de Ustra contra as atividades da comissão (Almada). Seria o começo de uma exposição pública mais ampla de Jair Bolsonaro.

O “lulismo às avessas” como o modelo de liderança carismática

O aparente paradoxo de ter Lula como modelo de liderança carismática se explica pela lógica especular do conservadorismo (Freeden). Bolsonaro sempre admirou o ex-presidente como liderança carismática capaz de se comunicar diretamente com as massas, representando-as como expressão de um povo brasileiro “autêntico”. Lula organizou o maior, mais organizado e disciplinado partido do país e consolidou-se como seu líder, tornando-se maior do que ele (o “lulismo”). Passou a gozar de uma posição política que lhe permitia partir de um piso mínimo de 30% em qualquer eleição.

De um modo geral, os estudos sobre o lulismo preferem focar sobre suas bases sociais de sustentação, mas evitam focá-lo do ponto de vista da liderança (Singer). Entretanto, é menos importante aqui saber o que Lula efetivamente é do que o modo pelo qual os bolsonaristas o percebem como exemplo a seguir, com a diferença da ideologia oposta. O ex-presidente saberia ser radical em situações delicadas, mobilizando sua ala mais aguerrida de apoiadores para intimidar os adversários. Diante das críticas da imprensa liberal, o ex-presidente saberia ameaçá-la com leis de “democratização” dos meios de comunicação e dirigir verbas de publicidade para uma mídia alternativa que lhe fosse favorável – os chamados “blogueiros sujos”. Além de garantir sua hegemonia ideológica pelo espectro social, Lula teria supostamente

2 Já em 2009 o apresentador qualificava Bolsonaro como um “deputado tipo Alborguetti”, que “fala na cara, vai pra tribuna e abre e vai pra porrada” (“Alborghetti fala sobre respeito que tem por Jair Bolsonaro”).

conseguido aparelhar a administração pública, distribuindo cargos a acadêmicos e sindicalistas apaniguados; da mesma forma, a família de Lula também teria se beneficiado pessoalmente do período em que ele esteve na presidência. Nas eleições de 2014, o PT foi acusado de práticas desleais de propaganda, suscitando uma acusação de estelionato eleitoral que por pouco não culminou com a cassação da chapa pelo Tribunal Superior Eleitoral. Essa é a leitura que os reacionários fazem de Lula para tentar organizar em torno de Bolsonaro um “lulismo às avessas”, baseado na identificação direta com o “povo”, percebido, porém, pelas lentes do culturalismo conservador do Regime Militar (Avelar). A imagem de Bolsonaro deveria ser fabricada como a de um Lula da direita, tendo igualmente cativo um terço do eleitorado, presidindo um partido personalista devotado a ele e sua família, enfrentando a mídia liberal pela ameaça, pela demagogia e, se necessário, pela trapaça eleitoral. Dispensável dizer que a leitura reacionária faz de Lula uma caricatura – até porque Lula é um moderado que domina a linguagem radical e recorre a um populismo moderado – ao passo que Bolsonaro é um radical que despreza as instituições e cuja retórica foi acompanhada desde o começo de atos explícitos contra o funcionamento do Estado de direito democrático no Brasil.

O público também é inverso. Como todo populista, Bolsonaro se apresenta como encarnação do povo na política. Mas a quem ele se refere como sendo “povo”? Afinal, a unidade do povo como singular coletivo é uma ficção. Em uma democracia, o povo age como eleitorado e está sempre fragmentado em suas preferências quando convocado a eleger seus representantes. Cada ideologia em disputa acaba assim possuindo uma espécie de “classe universal”, na forma de determinados grupos sociais que são considerados mais “autênticos” que outros na representação da totalidade do povo soberano. Uma vez que o “lulismo” é ideologicamente orientado pelos parâmetros gerais do socialismo moderado, isto é, social-democrata, ele privilegia o combate à desigualdade social. Por “povo” entende-se o composto de segmentos sociais que se julgam oprimidos pela dominação econômica, étnica, racial ou de gênero. São trabalhadores, operários ou camponeses; jovens, negros, mulheres e homossexuais, representados coletivamente em sindicatos, associações civis e movimentos sociais. Entende-se que também compõe o “povo” aqueles setores do funcionalismo encarregados da formulação de políticas públicas destinadas a atender aqueles setores, que são os professores, pesquisadores, artistas e gestores ligados ao campo da educação, cultura, do meio ambiente e dos direitos humanos. De forma inversa, ao reivindicar a representação do “povo”, o “bolsonarismo” se refere a todos os segmentos sociais identificados pelo lulismo como defensores da opressão social e econômica. São os empresários, grandes ou pequenos, que exploram sua mão de obra e devastam o meio ambiente; os especuladores do mercado financeiro, os idosos, os brancos, os homens e heterossexuais, organizados em igrejas e associações militares. Entende-se como “o povo” um único setor do funcionalismo público: aquele encarregado de representar a ordem, ou seja, o aparato repressivo identificado com as forças armadas e as polícias,

militares e civis. Todos esses setores se sentiram ameaçados pela secularização, pela garantia dos direitos trabalho e pelo avanço da pauta identitária da nova esquerda que progressivamente lhe corroeram os micropoderes, exercidos principalmente na esfera doméstica (Cardoso). São esses setores sociais o “povo” do “lulismo às avessas” praticado por Bolsonaro.

O trumpismo como o modelo de cultura política autoritária

Forma radical de conservadorismo, que pretende antes restaurar do que conservar, a ideologia reacionária existe pelo menos desde a Revolução Francesa na obra de autores como Joseph de Maistre e Louis de Bonald. Ela se move sempre pela condenação do racionalismo moderno e pela utopia regressiva de restabelecer o perdido mundo católico feudal. A “civilização judaico-cristã ocidental” por eles defendida não tem nada de iluminista, rechaçando valores como pluralismo, tolerância, Estado de direito e laicidade. Ela é imaginada antes à maneira medieval, como uma “república cristã” dividida em reinos, cada qual composto por famílias patriarcais que viveriam conforme seus costumes “naturais”, formando uma comunidade hierárquica e harmoniosa, protegida por seus chefes contra a heresia. O conceito reacionário de “liberdade” remete à defesa da autonomia daquelas famílias cristãs contra a ação do Estado, criticado por pretender intervir, regular e modificar aquela organização natural típica do corporativismo organicista. Esse ideal reacionário elaborado contra o liberalismo da Revolução francesa foi reciclado um século depois, no contexto de crise do liberalismo e de emergência da sociedade de massas, por autores como Carl Schmitt, e corporificando-se no fascismo italiano e suas variantes alemã, espanhola e portuguesa. Na última década, marcada por uma nova crise do liberalismo, em um contexto democrático já mais sedimentado, coube a Steve Bannon desenvolver nos Estados Unidos a fórmula de um “fascismo *troll*”, que adapta antigas técnicas fascistas para um mundo de base digital. São elas que, devidamente adaptadas por Olavo de Carvalho, servem aos Bolsonaro como o modelo de cultura política autoritária a ser difundido e enraizado em seu benefício no Brasil.³

A “decadência americana” é atribuída por Bannon a uma desnaturação cultural da “América tradicional e autêntica”, provocada pelo crescente contingente hispânico e afro-americano, e pelo domínio de um *establishment* “globalista” de empresários, burocratas e intelectuais progressistas. A reação contra essa “elite” se dá pela adoção de um conservadorismo societal radical, reacionário e nacionalista, mas também antiestatista, fundado no imaginário de uma “boa e velha América”, formada por famílias de pequenos proprietários rurais chefiadas por brancos. De acordo com Bannon, a

3 Um dos filhos do presidente, Eduardo, representa a família junto a “O movimento”, grupo fundado por Bannon para fazer as vezes de uma “Internacional Neofascista”. Bannon deu assessoria informal à campanha de Jair Bolsonaro em 2018 (Teitelbaum 119).

América seria um povo concreto dotado de história, cultura, civilização, costumes e tradições baseadas “no sangue e solo” (Teitelbaum 174). Essa América representada por Trump seria o principal bastião da “civilização judaico-cristã ocidental” contra a ameaça invasora de novos mouros: chineses, muçulmanos, mexicanos, terroristas e progressistas. Explorando o mal-estar do homem branco americano de classe baixa com a crise econômica e as transformações sociais da última globalização, Bannon aposta em uma “metapolítica”, segundo a qual a mudança política decorreria exclusivamente de valores culturais que poderiam ser inculcados voluntariamente na coletividade, e não como resultados de mudanças socioeconômicas de longa duração, que levariam à racionalização, à secularização e à burocratização. São explicadas como produto simples de “lavagens cerebrais” operadas pela vontade de agentes sociais organizados, na forma de uma “guerra cultural”. Por conseguinte, assim como os valores sociais deletérios do progressismo teriam sido inculcados na sociedade pela “Nova Esquerda”, eles poderiam ser combatidos por um movimento contrário de uma “nova direita”, ou uma “direita alternativa”. Direita radical essa cujos três pilares seriam o nacionalismo econômico, uma política de segurança nacional e a desconstrução do Estado administrativo (Teitelbaum; Bannon y Frumm 53). O trumpismo se apresenta como uma cabeça de ponte do “povo” contra o “sistema” e tenta atrair empresários e intelectuais ressentidos por sua exclusão dos círculos de prestígio social, esperançosos de se converterem em um “novo *establishment*”.

A produção de hegemonia passa por tentar desacreditar a imprensa liberal e estabelecer uma comunicação direta entre o líder e seus seguidores nas redes sociais; bem como pela produção e divulgação de informações falsas ou distorcidas. Por um lado, Trump fomenta o culto à sua personalidade, convertendo o Partido Republicano em instrumento de sua política pessoal. Seus ministros devem ser suficientemente medíocres e servis, de modo a não se tornarem competidores e cumprirem todas as suas ordens, ainda que atentarem contra a legalidade administrativa. Por outro, o presidente cria deliberadamente polêmicas de caráter moral, a fim de mostrá-lo midiaticamente como o único personagem político relevante da vida nacional, em constante luta contra os inimigos do povo. A estratégia visa também a mobilizar permanentemente seus seguidores pela exploração do medo e do ódio ao diferente, atacados como traidores, depravados, esquerdistas ou corruptos em verdadeiros linchamentos digitais. Essa técnica de intimidação é justificada pela crença de que sem ela um “presidente normal” nunca poderia fazer frente ao “poderoso sistema político” e para fazer prevalecer “a vontade do povo”. Daí a necessidade de mobilização permanente dos “cidadãos de bem” da América profunda, formada por famílias patriarcais, brancas e protestantes, armadas para defender sua “liberdade” contra os ataques dos “comunistas” entrincheirados da grande mídia progressista e nos aparelhos do Estado.

Organização do governo Bolsonaro: campanha eleitoral permanente, núcleo estratégico populista, núcleo político pragmático e neoliberalismo

Populismo, impunidade e milícias: um projeto familiar de poder

À semelhança de Trump, Bolsonaro e seu programa de governo se confundem com um projeto familiar de poder. Diferentemente daquele, porém, sua família organiza-se há muitos anos como uma comandita suspeita de exploração dos cofres públicos por meio da corrupção.⁴ Para além do puro e simples patrimonialismo, há também aqui uma justificação ideológica. Porque manifestamente antiliberal e antirrepublicana, a direita radical despreza leis e instituições que aos seus olhos foram colonizadas pelos inimigos do povo. A imparcialidade institucional decorrente de princípios liberais e republicanos não passa de uma ficção inadmissível em uma “guerra” em que está em jogo a restauração da “vontade soberana do povo” que compreende o conjunto de famílias brasileiras. Os Bolsonaro acreditam, assim, na qualidade de “primeira família”, terem legitimidade para desprezar os princípios constitucionais de moralidade administrativa e recorrer abertamente ao patrimonialismo e aparelhar o Estado. A família presidencial tem o dever, que lhe é conferido democraticamente pelo “povo” contra a “falsa liberdade” liberal, de recorrer a todos os meios disponíveis, legais ou ilegais, para se proteger contra os ataques de seus inimigos, que virão na forma de pedidos de *impeachment*, de instauração de comissões parlamentares de inquérito, pedidos de cassação endereçados a conselhos de ética ou ações criminais. O objetivo de restauração da autoridade da família tradicional brasileira importa assim na impunidade da família presidencial e de todos os seus servidores, que devem ser colocados acima da lei. Erigida à condução de razão de Estado, a proteção da família presidencial exige a captura de todos os órgãos federais que digam respeito à sua segurança, como o Ministério da Justiça; a Agência Brasileira de Inteligência; a Polícia Federal; a Receita Federal e a Advocacia Geral da União.⁵

4 Até 2019, Jair Bolsonaro e seus três filhos mais velhos, Flávio, Carlos e Eduardo, exerciam cargos públicos na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e na Câmara Municipal da mesma cidade, respectivamente. Sempre empregaram parentes como auxiliares. São acusados da prática de “rachadinha”, por meio dos quais seus assessores eram obrigados a lhes devolver parte dos salários em dinheiro. A família Bolsonaro é assim acusada de cometer crimes em série tipificados como corrupção passiva, peculato e concussão (Rossi *et al.*).

5 Trata-se da “segurança paralela”, a que o presidente se referiu na reunião de abril de 2020. Na ocasião, o presidente Bolsonaro afirmou que ele tinha um sistema particular de segurança, formado por policiais que lhe eram pessoalmente devotados, o que não acontecia no sistema “público”. Daí porque anunciava a mudança do comando da diretoria da Polícia Federal, tendo em vista a necessidade de ter ali alguém de sua confiança, capaz de blindar sua família e apaniguados contra investigações de corrupção que eram movidas por seus inimigos: “É a putaria o tempo todo para me atingir, mexendo com a minha família. Já tentei trocar gente da segurança nossa no Rio de Janeiro, oficialmente, e não consegui! E isso acabou. Eu não vou esperar foder a minha família toda, de sacanagem, ou amigo meu, porque eu não posso trocar alguém da segurança na ponta da linha que pertence a estrutura nossa” (Serviço Público Federal 56). É patente a ausência de qualquer noção entre público e privado, que o leva a acreditar ser a administração patrimonial de sua família.

Incumbido de assegurar o êxito do projeto familiar acima descrito, indispensável à blindagem da família e perpetuação no poder, Jair Bolsonaro não tem qualquer interesse em assuntos de governo ou administração.⁶ Como presidente, ele precisa satisfazer as necessidades de seu populismo reacionário, em uma espécie de campanha permanente eleitoral. Faz *lives* semanais do palácio presidencial, nas quais fala diretamente para o “povo”, vestindo-se de modo precário e falando palavras de calão para simular autenticidade e simplicidade de costumes. Ao longo delas, Bolsonaro justifica seu governo e ataca violentamente seus críticos como corruptos, esquerdistas e mentirosos. Sua outra atividade favorita é correr o país para apresentar-se como o símbolo de restauração da “boa e velha ordem”, inaugurando obras iniciadas nos mandatos de seus antecessores (e sem lhes dar, claro, o devido crédito) e agradando suas bases de apoiadores em aparições nas quais figura quase sempre como “homem do povo”, frequentando botequins, padarias, templos religiosos ou acenando da beira das estradas para agradar sua clientela tradicional de militares, policiais, evangélicos e caminhoneiros. O essencial é dar visibilidade para a “guerra cultural”, sem demonstrar qualquer disposição para a conciliação ou a transigência. A “normalização” levaria à decepção do eleitorado entretido pelas expectativas disruptivas criadas pelo populismo, e à sua captura para outra liderança. Daí também a necessidade de Bolsonaro, especialmente quando acuado, simular o poder de desfechar um golpe de Estado por meio do “seu” Exército contra os seus inimigos.⁷

Enfim, o papel principal de Bolsonaro é zelar pela preservação e expansão do “populismo reacionário” que sustenta nas ruas o seu projeto familiar junto aos radicais de direita, entretendo-os com seu repertório golpista e autoritário, para permanecer no poder. Paralelamente, a família presidencial trabalha em conjunto para criar um partido ou movimento de caráter personalista. É na formação da *Aliança para o Brasil* que a família aposta no longo prazo para garantir sua sobrevivência e blindagem com influência e poder no meio político. Na ausência de pessoal próprio, já que a vitória eleitoral se deu em um verdadeiro vazio partidário, o clã Bolsonaro enxerga o governo, inicialmente, como um instrumento privilegiado para fazer uma plataforma eleitoral permanente. Dotado de imensa visibilidade e inesgotáveis recursos, os recursos simbólicos, financeiros e hierárquicos do Estado devem ser canalizados para cumular as condições necessárias à organização de um grande movimento de direita radical, capaz de rivalizar com o Partido dos Trabalhadores. Do contrário, seria impossível a Bolsonaro cumprir o seu destino de encarnar para o seu público o papel de “Lula da direita” (Lynch, “A utopia reacionária”).

6 “A preocupação dos auxiliares palacianos, no entanto, está no lado mais fraco de Bolsonaro: tudo que esteja relacionado a gestão. O presidente não governa. Passar os dias a contar piadas do Palácio. ‘Nosso desafio é mudar essa postura do presidente’, reconhece o ministro” (Bonin).

7 Na política reacionária moderna, desde Cortés o “milagre” que confirma a origem providencial do líder é o golpe de Estado seguido da ditadura (Cortés). Donoso faz a transição da linhagem de reacionários tradicionais como De Bonald para o nazifascismo de Carl Schmitt, que muito o admirava, tendo-lhe dedicado diversos ensaios.

A oferta de cargos, facilidades e emendas torna possível atrair a clientela de empresários “alternativos” em diversos segmentos econômicos, o primeiro dos quais o de comunicações. Permite também recrutar pessoal próprio, testado à frente de cargos de chefia. Na ponta mais baixa da organização, Bolsonaro deseja recrutar milhares de partidários fanáticos e organizados informalmente em milícias armadas, em torno dos clubes de tiro. Não é por outra razão que a promoção do armamentismo contra toda legislação vigente ocupa um lugar tão importante em sua agenda populista. Esses fanáticos devem saber resistir em nome da “liberdade” defendida pelos Bolsonaro às tentativas de implantação da “ditadura comunista” de seus adversários políticos. Ainda que ele, paradoxalmente, afirme ter ao seu lado a fidelidade pessoal – jamais institucional – das Forças Armadas, a que ele se refere como “meu Exército”, para reagir e virar ele mesmo, nesse caso, um “ditador do bem”, à maneira dos generais do regime militar (Shores *et al.*). Na prática, esses movimentos se corporificam como mecanismos últimos de intimidação dos adversários políticos e institucionais de seu projeto familiar de poder, pela ameaça de uma arruaça ou guerra civil em caso de derrota eleitoral, como ocorreu no caso do presidente Donald Trump nos Estados Unidos. O presidente já expôs mais essa concepção do povo armado como garantia de sua liberdade contra o ataque de seus inimigos políticos:

O que esses filha de uma égua quer, ô Weintraub, é a nossa liberdade. Olha, eu tô, como é fácil impor uma ditadura no Brasil. Como é fácil. O povo tá dentro de casa. Por isso que eu quero, ministro da Justiça e ministro da Defesa, que o povo se arme! Que é a garantia que não vai ter um filho da puta aparecer pra impor uma ditadura aqui! Que é fácil impor uma ditadura! Facilimo! Um bosta de um prefeito faz um bosta de um decreto, algema, e deixa todo mundo dentro de casa. Se tivesse armado, ia pra rua. E se eu fosse ditador, né? Eu queria desarmar a população, como todos fizeram no passado quando queriam, antes de impor a sua respectiva ditadura. [...] Eu quero dar um puta de um recado pra esses bosta! Por que que eu tô armando o povo? Porque eu não quero uma ditadura! E não dá pra segurar mais! Não é? Não dá pra segurar mais (Serviço Público Federal 57)

Os núcleos do governo (1): o núcleo da propaganda populista reacionária

A gestão política e administrativa do cotidiano é delegada por Bolsonaro aos dois grupos de que é composto o pessoal palaciano, que é quem efetivamente governa o país e são referidos como “gabinete do ódio” e “das sombras”. O primeiro e principal núcleo, que se pode chamar estratégico, é presidido pelos três filhos mais velhos de Bolsonaro e é encarregado da propaganda e, como tal, norteia o comportamento do presidente como personagem público. Formado por reacionários radicais que flertam com o neofascismo, o “gabinete do ódio” (Said) monitora a popularidade do presidente nas redes, coordena ataques aos seus adversários e aconselha as ações políticas do presidente no lugar dos ministros de Estado, de modo a satisfazer o imaginário

“populista” do Bolsonaro como um político corajoso, autoritário e disruptivo, capaz de “romper com o sistema”. Esse núcleo é o principal porque, embora haja divisão de tarefas em relação aos outros dois (o “militar” e o “econômico”), em caso de conflito, prevalece a razão de Estado populista por ele representada, já que a família crê que os demais não possuem o mesmo caráter “estratégico” para o êxito de seu projeto de poder.

Do ponto de vista ideológico, o núcleo reacionário radical está encarregado de promover o culto à personalidade do presidente Bolsonaro e a difusão da cultura política autoritária por ele representada. Trata-se de um conservadorismo reacionário, de base culturalista, segundo o qual a sociedade brasileira teria por base uma ordem social “natural” e harmônica, de índole cristã e patriarcal, garantida por pais de família viris e responsáveis pelo provimento de obedientes esposa e dos filhos. Essa sociedade é imaginada como tendo existência em um estado de natureza anterior à existência do Estado brasileiro e está identificada com uma “civilização judaico-cristã ocidental” de inspiração medievalista, que rechaça valores como pluralismo, tolerância, Estado de direito e laicidade típicos da modernidade liberal, republicana e democrática. Essa utopia regressiva remete em última análise ao imaginário da sociedade colonial brasileira do século XVII: Enquanto os senhores de engenho levantavam igrejas e protegeriam “o povo” em comunhão orgânica do ponto de vista de uma cultura cristã heroica, viril e hierárquica, os “bandeirantes” chefiavam milícias de mestiços em expedições pelo sertão adentro para apresar índios e buscar riquezas naturais. Esses corajosos chefes de família viveriam da extração das riquezas oferecidas pela exuberante natureza brasileira de forma plenamente legítima, sem a presença incômoda de um Estado que, de resto, não existia para coibir a sua “liberdade natural”.

Na década de 1930 a extrema-direita pôde revitalizar o ideário reacionário colonial no contexto de uma emergente sociedade de massas, mobilizando mitos católicos e bandeirantes. O fascismo italiano foi adaptado pelo integralismo de Plínio Salgado e por sua variante monarquista, o patrioanovismo (Trindade; Malatian).⁸ Passado o sarampão fascista, a bandeira do anticomunismo passou a servir para congregar as diversas famílias conservadoras – a dos estatistas, a dos culturalistas e a dos neoliberais –, e os levou a sustentarem o golpe e a ditadura militar. Com a redemocratização e a queda do Muro de Berlim, o anticomunismo sobreviveu nos subterrâneos das casernas e dos programas policiais televisivos. No âmbito da sociedade civil, o ideal reacionário encontrou eco na filosofia política de Olavo de Carvalho, que repudiou a Nova República e a responsabilizou pela decadência da cultura nacional (Carvalho). A ordem natural da sociedade viria sendo solapada por um equivalente da Internacional Comunista (o “Foro de São Paulo”), que pretendia dissolver os vínculos familiares tradicionais, apregoando o cientificismo, o ateísmo, o feminismo, a homossexualidade e o ódio racial (Rocha).

8 Para um estudo importante sobre as continuidades históricas do integralismo e do neointegralismo, até sua relação com figuras associadas ao bolsonarismo, ver: Gonçalves y Neto.

Essa campanha de perversão dos costumes seria financiada pela referida elite cosmopolita comunista, por meio de seus representantes intelectuais instalados nos aparelhos midiáticos e estatais, nas áreas de direitos humanos, meio-ambiente, educação, cultura e relações internacionais. A emergência da “nova direita” no Brasil – formada por uma coalizão entre a direita radical coordenada nas redes sociais por discípulos de Olavo de Carvalho, neofascistas, neoliberais e figuras antes associadas à direita tradicional que se radicalizaram – é justificada como uma reação de legítima defesa do povo contra a subversão de seus valores baseados no cristianismo, no patriarcado, na heterossexualidade e na harmonia racial. Bolsonaro se torna “o Mito” por defender de forma desassombrada “a liberdade” das famílias contra a “ditadura” que os progressistas desejariam impor-lhes em matéria de costumes. É esse imaginário reacionário, pela primeira vez no poder na história do Brasil independente, que o núcleo do “gabinete do ódio” ausculta, explora e maneja pelas redes sociais, por si e seus colaboradores e *influencers* digitais, para fins de propaganda em larga escala. A “guerra cultural” é baseada em diversas técnicas desenvolvidas por Bannon para promover a permanente intimidação dos críticos e das instituições, aproveitando abertamente a simpatia de grupos neofascistas (Balloussier).⁹

Conforme acontece quase sempre entre conservadores, muitas dessas técnicas foram originalmente criadas pela “Nova Esquerda” e adaptadas pela “Nova Direita”. Entre elas, encontram-se as seguintes: 1) Simular um poder maior do que aquele que você realmente tem; 2) Falar apenas a linguagem do seu próprio público; 3) Não jogar no terreno em que seu adversário tenha vantagem, obrigando-o, ao contrário, a jogar no seu, onde ele não tem familiaridade, a fim de causar confusão, temor e retirada; 4) Ridicularizar o adversário, porque é quase impossível contra-atacar o ridículo; 5) Desenvolver táticas compreensíveis para seus companheiros; 6) Manter pressão constante, com táticas e ações diferentes, e utilizando tudo que acontecer para alcançar o seu propósito; 7) Espalhar boatos catastrofistas para manter o adversário acossado pelo medo; 8) Pressioná-lo sem trégua, de forma firme e consistente; 9) Jamais reconhecer seu erro ou fraqueza quando sofrer um revés, respondendo sempre com violência verbal e desmentindo o fracasso; 10) Polarizar o tempo inteiro, sem se preocupar com discussões racionais em termos de argumentos (Alinsky). Essas regras foram adaptadas pela direita radical ao ambiente digital na forma de um “fascismo *troll*”. A fim de burlar o monopólio da mídia tradicional, liberal e republicana, o “gabinete do ódio” mantém o público reacionário encapsulado em uma realidade paralela, marcada pela paranoia, pelo ódio e pelo medo, alimentada diariamente pela difusão de boatos, notícias falsas e teorias da conspiração. E, claro, pela denúncia de todas as informações produzidas pela mídia profissional, pela academia ou pela ciência como mentirosas e falsificadas. A difusão de uma cultura política da desconfiança, baseada na mobilização permanente contra um inimigo que conspira dia e noite, favorece

9 Veja-se ainda a manifestação dos chamados 300 da ativista Sarah Winter em maio de 2020 em frente ao STF, inspirado em desfiles neonazistas (*Folha de S. Paulo*).

a obediência inquestionável ao líder crismado pela providência para representar e proteger o povo. O bloqueio sistemático dos críticos em suas contas nas redes sociais, efetuada por Bolsonaro (Couto), forja uma fantasia da unanimidade em torno dele. Sua conta não é um lugar democrático, com espaço para crítica pelo cidadão. É um altar, cujo acesso é privativo dos fiéis para fim de adoração do seu ídolo.

Os representantes do reacionarismo na administração se recomendam duplamente: primeiro, como seguidores ou simpatizantes de Olavo de Carvalho; segundo, por sua fidelidade pessoal à família Bolsonaro. Esse núcleo duro, central do projeto familiar de poder, domina um número considerável de ministérios, como os das Relações Exteriores, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Comunicação, Educação e Cultura - esta última, humilhantemente rebaixada à condição de secretaria do ministério do Turismo. Já o ministério do Trabalho foi sumariamente abolido. Do ponto de vista estratégico, a função desses ministérios passa menos por administrar do que para propagar a doutrina autoritária e o culto à personalidade do chefe do Estado e, ao mesmo tempo, dar visibilidade à “guerra cultural” contra o comunismo, provocando deliberadamente polêmicas e perseguindo e censurando servidores críticos. Segue-se aqui servilmente a cartilha de terra arrasada do governo Trump que, como se sabe, nomeou para áreas equivalentes personalidades conhecidas como inimigas ferrenhas de toda a atividade nelas exercidas em matéria de política pública (Teitelbaum 106-108). Assim, o ministro da Educação ataca as universidades públicas e seus professores como subversivos, apostando em estudos de teologia, professores evangélicos pentecostais ou na difusão de colégios militares. O ministro das Relações Exteriores aposta em uma nova ordem mundial que reeditaria a “república cristã” da Idade Média, cuja nova Roma seria a Washington de Trump, afastando o Brasil de seus tradicionais aliados – inclusive a China – para aliá-lo a ditaduras asiáticas ou semiautocracias do leste europeu. Na secretaria de Cultura, servidores são perseguidos politicamente por fazerem críticas à família do presidente da República ou ao governo.¹⁰ O presidente da Fundação Palmares, voltada para promover a igualdade racial, nega diariamente a existência do racismo no Brasil. O ministro do Meio Ambiente esvazia os poderes de suas agências, como o ICMBio, e incentiva o avanço da “livre iniciativa” – madeireiros ilegais e grileiros – sobre as florestas da Amazônia. O ministro das Comunicações faz a propaganda pessoal do chefe do Estado. É verdade que tais ações envolvem a prática de ilícitos sem conta. Mas, além de confiar na impunidade decorrente do aparelhamento do Ministério Público Federal e da cumplicidade da Advocacia Geral da União, a maioria pretende aproveitar a notoriedade para se candidatar depois a cargos eletivos, onde estarão protegidos pela imunidade parlamentar e pelo foro privilegiado.¹¹

10 Um dos próprios autores deste artigo, servidor federal, tem sido perseguido por suas críticas ao governo. Vide Muniz. Cerca de um ano depois, ele voltou a ser perseguido pelo mesmo motivo, conforme se verifica em reportagem (Moura; Medeiros).

11 Esse é o caso, por exemplo, dos ex-ministros da Educação, Abraham Weintraub, e das Relações Exteriores, Ernesto Araujo, conforme a imprensa tem anunciado (Brasil 247; *Gazeta do Povo*).

Os núcleos do governo (2): núcleo militar da articulação política e da gerência administrativa

O segundo desses núcleos, por sua vez, é formado pelo “gabinete militar”. Composto de generais aposentados encarregados de tocar a articulação política com os demais poderes, esse núcleo representa em termos simbólicos a “restauração da autoridade” na administração pública, explorando o prestígio que as forças repressivas, aí incluídas as polícias militares, exerciam sobre os setores conservadores da sociedade brasileira, a partir do imaginário de “bom governo” da ditadura de 1964-1985. Ofendidos pelos ataques à memória do regime militar durante a situação petista, identificada com a corrupção e pautas identitárias divisivas e exóticas, os generais que aderiram ao bolsonarismo acreditavam que, diante da anarquia reinante desde 2013, o Brasil precisaria de um “freio de arrumação”. A despeito de seu conservadorismo, a ala militar apresenta importantes diferenças em relação aos reacionários e os neoliberais. O estatismo é herdeiro do absolutismo ilustrado de Pombal e José Bonifácio, focado em construir o Estado em torno de uma burocracia orientada pelo ideal do mérito e da ciência. O conservadorismo estatista encontrou seus sucessivos avatares no conservadorismo do Segundo Reinado, no positivismo da Primeira República, no tenentismo da Era Vargas e no desenvolvimentismo do regime militar (Lynch, “Cultura política”). Quase sempre aliadas em todas essas circunstâncias, as distintas alas da coalizão no passado resolviam suas diferenças com o predomínio dos estatistas. Os culturalistas exerciam um papel subordinado de legitimação intelectual na área de educação e cultura. Hoje ocorre o oposto: é a direita radical quem dá as cartas estratégicas, ao passo que os militares se limitam ao apoio tático. A ascendência dos reacionários se justifica, aos olhos do presidente, na medida em que operam a máquina de propaganda que lhe asseguraria popularidade e triunfo eleitoral. Como o núcleo é formado pelos próprios filhos de Bolsonaro, ele representa a alma do governo, impondo-se sempre que os generais tentam imprimir rumo diverso à direção do governo. Como sabem que, das outras vezes, figuraram de sócios menores no consórcio do poder, o núcleo ideológico encara os militares com a maior desconfiança, atacando-os sempre que ameaçados, para mantê-los em situação de subalternidade.¹²

Esse núcleo militar tem duas funções políticas. A primeira é a de fazer a interface mais convencional com os poderes legislativo e judiciário, conforme as necessidades de manter boas relações. Este núcleo visa na prática da política ordinária ou real conter ou corrigir os excessos do populismo presidencial fomentado pelo “gabinete do ódio”, ocupado com a “guerra de informação”, que precisa transmitir sempre a imagem de Bolsonaro como herói antissistema que hostiliza a classe política ou a magistratura como

12 A primeira manifestação do conflito entre o núcleo militar e os filhos do presidente se deu a respeito do controle dos recursos da Secretaria de Comunicação (SECOM), que culminou na demissão do general Santos Cruz do comando da secretaria e na vitória do núcleo da propaganda reacionária (Portinari y Figueiredo)

composta de corruptos, mentirosos ou esquerdistas. O núcleo pilotado pelos generais aposentados é pragmático e entabula acordos destinados a garantir a sustentação do governo em relação aos demais poderes, distribuindo verbas e cargos a deputados e senadores, e tentando – nem sempre com êxito – articular o sucesso de propostas do governo no Congresso. No fundo, a aprovação da pauta legislativa é relativamente secundária, na medida em que o principal objetivo do governo é menos governar propriamente do que aproveitar o aparelho de Estado para firmar a visibilidade e relevância política da família Bolsonaro como polo hegemônico da direita na vida política nacional. Nesse quadro, dar visibilidade a pautas de costumes, ainda que não venham a ser aprovadas pelo Congresso, é muito mais importante do que a aprovação de reformas administrativa ou tributária desejadas por setores do mercado ou da sociedade civil, por exemplo. Por isso mesmo, a principal meta do núcleo militar se limita no fundo a usar a imagem das Forças Armadas para intimidar os críticos do governo com o emprego da força e, principalmente, a evitar por sua articulação política junto ao Congresso e ao Supremo Tribunal que a hostilidade da propaganda populista presidencial contra as instituições se traduza em aberturas de processos de *impeachments*, instalações de comissões parlamentares de inquérito, avanços em investigações judiciais e de pedidos de cassação dos filhos do presidente da República por quebra de decoro ou corrupção. A segunda função geral dessa “ala militar” é gerenciar o emprego de outros militares, sempre generais e coronéis, da ativa ou aposentados, em cargo estratégicos da administração. Sua utilidade é tripla: ela reforça a imagem do governo como autoritário, honesto e tecnocrático; alicia o apoio dos setores conservadores das Forças Armadas para o projeto reacionário; e supre a ausência de um pessoal administrativo partidário para a família Bolsonaro, ganhando os militares a fama de “fiéis cumpridores” de ordens da presidência da República.

Os núcleos do governo (3): O os neoliberais de gerência da economia e o apoio do mercado

O terceiro segmento de que a coalizão bolsonarista é composta são os economistas neoliberais, encarregados de gerir a economia para atender às demandas da parte mais selvagem do mercado. Durante o processo de construção da campanha presidencial de 2018, Bolsonaro encontrou no economista Paulo Guedes alguém disposto a oferecer-lhe um discurso econômico capaz de atrair setores do empresariado, do capitalismo financeiro e das classes médias simpáticas à promessa de desmonte sistemático do Estado – privatizações, “flexibilização” da legislação trabalhista, diminuição radical dos funcionários de carreira da administração pública, etc. A utopia colonial dos reacionários, bem como seu desejo de libertar a sociedade brasileira de toda a regulação estatal que supostamente a impediria de dar vazão plena à sua verdadeira natureza, que seria conservadora, apresenta estreitas afinidades com a visão de mundo da ala neoliberal que compõe à coalizão governista. Daí o ódio

comum de ambos os grupos – o dos reacionários e o dos neoliberais – pelo Estado, suas funções reguladoras, a proteção dos trabalhadores, do patrimônio histórico, do meio ambiente, da educação e da cultura, bem como aos seus servidores públicos, atacados como uma casta de aproveitadores comunistas. O bandeirantismo sertanista de Jair Bolsonaro é avô do darwinismo social de Paulo Guedes, para quem a função da principal da economia brasileira é a de abastecer o mercado das metrópoles com *commodities* agrícolas, tal como ocorria no século XIX.

Surgido por volta de 1880 como reação ao processo de democratização política, impulsionado pelo socialismo e pelo alargamento do sufrágio, o libertarianismo consiste em um híbrido de liberalismo e conservadorismo: ao mesmo tempo em que apresenta características liberais, como o individualismo, eleva o mercado à condição de gerador e ordenador da vida social, intangível porque produto de forças extra-humanas – uma suposta “ordem espontânea” do universo social fruto da interação não planejada entre os indivíduos. Inicialmente, o libertarianismo bebeu nas doutrinas de Herbert Spencer, que fazia uma defesa radical do individualismo e da propriedade privada como formas de organização “natural” da sociedade, a serem protegidos pelo Estado sob pena de destruição da civilização. Depois da Primeira Guerra Mundial, ele seria restabelecido em outras bases pela “Escola Austríaca” de Mises e Hayek (Merquior). Os neoliberais apresentam seus argumentos em uma roupagem supostamente “técnica” ou “científica”, defendendo suas posições como as únicas “realistas”, não capturadas pela tentação idealista e normativa da mentalidade planejadora e maximizadora da ação do Estado que teria marcado as ideologias democráticas desde o século XVIII e que poderia ser encontrada tanto nos liberais quanto nos socialistas. A afinidade entre liberalismo e conservadorismo não constitui novidade para os neoliberais brasileiros: Osvaldo de Meira Penna, em seu livro *O Dinossauro* iguala o significado dos termos “neoliberal” e “liberal-conservador” (Meira Penna).

Se os liberais democratas brasileiros têm historicamente uma relação instrumental com o livre mercado, os neoliberais tem uma relação instrumental com a democracia. Seu diagnóstico profundamente negativo a respeito da situação do Brasil justifica a seus olhos um choque civilizador de capitalismo mediante métodos autoritários. O Brasil estaria sempre patinando entre a barbárie e a estupidez, carecendo constantemente de abertura comercial e financeira para o mercado exterior. Aqui, empreender teria muito mais obstáculos a enfrentar devido à ausência de uma cultura moderna, ou seja, capitalista. Em contraste, os países do Atlântico Norte costumam ser referenciados como modelares por obedecerem aos seus princípios. O cosmopolitismo neoliberal demonstra, coerentemente, grande apreço a organismos internacionais – mas não os de caráter político, como a Liga das Nações, ou a ONU, e sim pelos financeiros, como o FMI, bancos e empresas multinacionais. Esses organismos são não só indispensáveis para a regulação, mas contribuem para a produção de riqueza e empregos dotados de técnicas superiores de engenho e tecnologia. Ao Brasil caberia, assim, adequar-se aos critérios internacionais para “atrair investimentos” e gerar crescimento econômico.

Para tanto, a reforma do Estado e a “desburocratização” da mão-de-obra seriam fundamentais para um ciclo neoliberal de crescimento no Brasil.¹³

O pé de barro do neoliberalismo tem sido sempre a impopularidade de seu programa, que os leva a aliar-se frequentemente a soluções autocráticas. Essa aliança motivou boa parte do discurso bolsonarista contra o legado petista de inflação do Estado, irresponsabilidade fiscal e aparelhamento das políticas econômicas em favor de um processo revolucionário oculto. Para esse discurso, o empresariado seria a grande vítima do Estado brasileiro, que sofre com os sindicatos, a burocracia do Estado, os impostos. A administração pública, nesse sentido, deveria retomar parâmetros puramente técnicos com vistas a promover as respostas necessárias para o funcionamento de um mercado ideal. Essa já conhecida ficção plutocrática do neoliberalismo, que vende a solução da reforma do Estado como única saída para a imobilidade econômica, não é nova no Brasil, e estava presente de algum modo em vários dos governos brasileiros desde a redemocratização. Contudo, com Bolsonaro, pela primeira vez ela foi bem sucedida eleitoralmente aliada a um claro discurso reacionário, e não mais como parte de um discurso geral sobre ampliação das liberdades e globalização, o que Nancy Fraser chamou de “neoliberalismo progressista” (Fraser). O discurso neoliberal ofereceu não só o suporte econômico que faltava a Bolsonaro, mas uma “alternativa” para a crise econômica iniciada durante o governo Dilma: dado que o Estado foi o operador fundamental do “projeto esquerdista” no país, seu desmonte não só iria ao encontro das ambições reacionárias por uma sociedade autogovernada, mas desfaria, de um só golpe, o instrumento fundamental do projeto comunista no Brasil.

A necessidade de buscar algum tipo de estabilidade com o legislativo – cujas pautas de defesas de interesses corporativos e a busca por evitar agendas impopulares – parece ter enfraquecido a agenda neoliberal do governo. A atenuação da reforma da previdência, tal como desejada pelo executivo, com a rejeição do sistema chileno de capitalização pelo Congresso, bem como o atraso em avançar com as reformas administrativa e tributária, tem feito a agenda de Paulo Guedes sair do proscênio que lhe fora dado no momento inicial do governo. Contudo, isso não quer dizer que Bolsonaro tenha tomado uma “guinada estatista” com a reformulação de uma política de estado interventor nos moldes do regime militar, mas sim que a atual situação de instabilidade política e jurídica de sua família, aliada ao desgaste do governo, tem feito com que a agenda econômica seja preterida para evitar atritos, enquanto o governo opera a continuidade do aparelhamento das instituições de controle, das polícias e de cooptação do legislativo. A prioridade não é abdicar do neoliberalismo; mas coloca-lo em segundo plano. Entretanto, Bolsonaro sabe que esse tema do liberalismo econômico não só atrai os neoliberais, como divide os democratas de centro e de esquerda, dificultando a construção de uma unidade opositora para 2022. Sua estratégia eleitoral

13 Um exemplo do discurso do ministro Paulo Guedes pode ser visto na matéria do G1.

sempre foi a de governar para os 30% do eleitorado que o apoia e contar com a divisão do voto de centro no segundo turno para se reeleger. O tema nevrálgico, divisivo por excelência, é o do liberalismo econômico e da agenda de reformas, que dificultaria, por exemplo, uma aliança entre lideranças de centro-esquerda não alinhadas com o petismo, com a direita neoliberal antibolsonarista. Por isso, Bolsonaro se esforça para manter os neoliberais ao pé de si, criando neles a expectativa de que, assim que a oposição ao governo for neutralizada, a agenda de reformas retornará ao primeiro plano. A aceleração do desmonte do Estado, nesse sentido, tem se tornado promessa para um “segundo mandato” (Camarotti), quando as instituições já estariam suficientemente enfraquecidas e o projeto Bolsonaro possa funcionar não só como reação e desmonte, mas como construção de uma utopia reacionária para o Brasil.

Conclusão: o reacionarismo na cultura política brasileira e o paradoxo do parasita.

No Brasil, manifestações do pensamento reacionário sempre existiram, mas foram quase sempre minoritárias ou de menor expressão política. Vivendo constantemente sob o signo da necessidade de modernização econômica, social e política, as principais manifestações das ideologias de direita no Brasil oscilaram principalmente entre conservadorismos estatistas, que acreditavam na capacidade de um Estado forte de manter o nível de tensões sociais e de demandas por transformações sob controle, e o liberalismo econômico, que colocava a ênfase forte na necessidade de livre desenvolvimento das forças de mercado e de uma sociedade fundada na competição para superar o atraso estrutural da nossa formação. Uma terceira via, o conservadorismo culturalista, apologista das especificidades de nossa formação social e cultural, como a mestiçagem ou a sociedade patriarcal, nem sempre se traduziu numa ideologia política clara, sendo mesmo capaz de compor, como no período Vargas, com elementos ideológicos fortemente estatistas. Contudo, a vertente culturalista aproximou-se, em algumas manifestações da cultura política nacional, de ideologias de conteúdo reacionário. O integralismo, movimento fundado no início dos anos 30 e liderado por Plínio Salgado, reuniu em seu imaginário político elementos do fascismo europeu, como a apologia de uma liderança forte capaz de conduzir um partido de massas disciplinado por um conjunto de símbolos e práticas rituais, com um conteúdo propriamente nacional de apologia das raízes coloniais/católicas do nosso povo e de um passado heroico de conquista da terra e submissão dos elementos bárbaros presentes na sociedade colonial. Nesse sentido, parte do integralismo brasileiro tentou conciliar a defesa de um estado forte e “moderno”, comandado pelo líder de um partido de massas, com uma utopia regressiva que remeteria ao imaginário da sociedade colonial do século XVII. O imaginário integralista também conviveu com outras expressões de reacionarismo no Brasil, como os monarquistas patrianovistas e setores da Ação Católica Brasileira.

A preservação deste imaginário político tem claras consequências no contexto contemporâneo: o culto da violência como modo de produzir transformação social, a exploração predatória da natureza, o anti-intelectualismo, o personalismo político de culto ao líder regenerador, etc. Não é estranho ao imaginário político contemporâneo a evocação do presidente Jair Bolsonaro como emissário da vontade providencial do povo, que acreditava ter chegado ao poder para restaurar a velha e boa ordem, identificada imediatamente com o regime militar. Com a vitória eleitoral de Bolsonaro, esse discurso passou a conformar a administração do Estado, traduzindo valores reacionários em políticas públicas. Testemunho notável dessa tradução de uma ideologia em prática de governo é a atuação da administração federal durante a pandemia do Covid-19. A crise pandêmica testemunhou avanços consideráveis no discurso reacionário, apontando a expansão do Covid-19 como parte de uma “guerra biológica” da China contra o ocidente livre e cristão. Ao mesmo tempo, foram articulados ataques no sentido de apontar agências internacionais como a OMS, ou as políticas mais rigorosas de contenção da pandemia como as da União Europeia, como parte da manipulação ideológica cujo objetivo final seria a limitação das liberdades e da autonomia dos países, a serviço de um projeto comunista-globalista de dominação mundial.

Em síntese, é possível ver que o discurso reacionário contemporâneo no Brasil assumiu uma feição bem definida: se, como vimos, o reacionarismo era marcado por uma defesa forte da precedência da autoridade religiosa sobre a autoridade política, aqui a ideia de uma autoridade política emancipada de suas raízes tradicionais foi identificada com o Estado surgido após o processo de redemocratização de 1985, instrumento de ideologias revolucionárias e destruidoras de uma ordem conservadora. Em contraste com esse presente corrompido, ressurgiu o ideal regressista do Estado autoritário de 1964, capaz de coordenar autoridade, hierarquia, disciplina social e desenvolvimento econômico. As raízes dessa ordem conservadora, por sua vez, permaneciam no povo autenticamente cristão, cultivador da família e das tradições e seria, portanto, a partir da escolha de um representante que reunisse essas qualidades do povo brasileiro que a reação deveria começar. E seu objetivo não poderia ser outro senão a destruição da ordem democrática de 1988.

Contudo, o tema da corrosão democrática não pode ser entendido sem compreender o dilema do parasita experimentado pelo populista do tipo de Bolsonaro, que envolve saber até que ponto é real o seu desejo de derrubar as instituições. O dilema do parasita existe porque, em casos como os EUA e o Brasil, o próprio populista alimenta dúvidas sobre a possibilidade e a capacidade de viver fora da democracia. Daí suas permanentes ambiguidades e dubiedades. O populista radical vive de explorar o ódio ao sistema democrático dentro da democracia e em nome dela. Precisa mostrar poder todo o tempo, para estimular a base e intimidar os adversários a tolerar seus crimes. É com a ostentação desse poder – parte verdadeiro, parte simulado – que ele intimida os inimigos e eletriza sua base de ressentidos. Ressentidos que objetivamente não ganham nada, senão saciar seu desejo de revanche. O número favorito desse show é

a ameaça de golpe, por meio do qual o líder populista levaria o povo à revolução que destruiria o sistema e seus inimigos. Nos setores mais fanáticos da direita radical, ele adquire o sabor milenarista de realização de uma profecia apocalíptica.

Ocorre que uma coisa é a dimensão dos discursos, e outra é a contingência da realidade política. Porque vivem de explorar o ódio à democracia, lideranças populistas enfrentam o dilema do parasita: não sabem até que ponto podem ir confortavelmente explorando aquele ódio sem matar a hospedeira. Populistas gostam de explorar a fantasia pública de que poderiam matá-la. Mas temem tentar fazê-lo na verdade, porque dariam um salto no escuro, criando uma situação imprevisível de perigo para si mesmos, que os levaria, como parasitas, a morrer junto com a democracia (pensemos, por exemplo, por qual razão, num novo regime militar no Brasil, generais de alta patente admitiriam no comando do executivo um capitão reformado por suspeitas de insubordinação?). A tal corrosão democrática corresponde à piora da saúde da hospedeira. O dilema do parasita envolve justamente saber até onde pode roê-la sem matá-la ou provocar sua reação contra ele. Ele é extensivo à incerteza de saber até onde pode ir, sem suscitar uma reação generalizada do sistema que o elimine do jogo. Porque prejudica a saúde da democracia, o populista não pode ser tolerado. Deve ser combatido desde já com purgantes e vermífugos. Mas conhecer os dilemas e estratégias de sobrevivência do parasita também são essenciais para que possamos combatê-lo de forma inteligente e eficaz.

Referências

- Alborghetti Neto. “Alborghetti fala sobre respeito que tem por Jair Bolsonaro”. YouTube, 24 mayo 2019, <https://www.youtube.com/watch?v=TKB-6-kZ3wE>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Alinsky, Saul. *Rules for Radicals: A Practical Primer for Realistic Radicals*. New York, Random House, Inc., 1971.
- Almada, Pablo Emanuel Romero. “O negacionismo na oposição de Jair Bolsonaro à Comissão Nacional da Verdade”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 36, n.º 106, 2021, pp 1-21. Arns, Dom Paulo Evaristo. *Brasil: nunca mais*. São Paulo, Vozes, 2014.
- Avelar, Idelber. *Eles em nós: retórica e antagonismo político no Brasil do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2021.
- Ballousier, Anna Virginia. “Alvim é parte de um governo que flerta com ideias fascistas, diz pesquisador”. *Folha de S. Paulo*, 17 ene. 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/alvim-e-parte-de-um-governo-que-flerta-com-ideias-fascistas-diz-pesquisador.shtml>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Bannon, Steve y David Frum. *The Rise of Populism (The Munk Debates)*. Canada, Anansi Press Inc., 2019.

- Bonin, Robson. “Como Bolsonaro se prepara para enfrentar Lula no debate diário até 2022”. *Veja*, 15 mar. 2021, <https://veja.abril.com.br/blog/radar/como-o-governo-se-prepara-para-enfrentar-lula-no-debate-diario-ate-2022/>. Visitado 12 de agosto 2021.
- Brasil 247. “Weintraub faz campanha antecipada para governador de São Paulo e será denunciado ao TSE”. *Brasil 247*, 16 feb. 2021, <https://www.brasil247.com/regionais/sudeste/weintraub-faz-campanha-antecipada-para-governador-de-sao-paulo-e-sera-denunciado-ao-tse>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Camarotti, Gerson. “Bolsonaro sinaliza que agenda de privatizações só vai decolar em um eventual segundo mandato”. *G1*, 24 feb. 2021, <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2021/02/24/bolsonaro-sinaliza-que-agenda-de-privatizacoes-so-vai-decolar-em-um-eventual-segundo-mandato.ghtml>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Cardoso, Adalberto. *À beira do abismo: uma sociologia política do bolsonarismo*. Rio de Janeiro, Amazon, 2020.
- Carvalho, Olavo de. *O Jardim das Aflições: de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o materialismo e a religião Civil*. Rio de Janeiro, Editora Vide, 1995.
- Cassimiro, Paulo Henrique Paschoeto. “Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.º 35, 2021, pp. 1-52, <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/Qmjj7wBTyR6RN4pkTzNqVvc/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Cortés, Juan Donoso. *Ensayo sobre el catolicismo, el liberalismo y el socialismo*. Granada, Comares, 2006.
- Couto, Marlen. “Bolsonaro bloqueia perfis de desafetos no Twitter; veja quem são”. *O Globo*, 27 oct. 2020, <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/bolsonaro-bloqueia-perfis-de-desafetos-no-twitter-veja-quem-sao.html>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Filho, João. “Datena e o jornalismo mundo cão vendem o ódio bolsonarista há 3 décadas na TV: Até quando concessões públicas serão usadas para fomentar o ódio?”. *The Intercept*, 19 mar. 2019, <https://theintercept.com/2019/03/17/datena-jornalismo-odio-bolsonarismo-programas-policiais/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Folha de S. Paulo. “Grupo pró-Bolsonaro protesta em frente ao STF com tochas e máscaras”. *Folha de S. Paulo*, 31 mayo 2020, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/grupo-pro-bolsonaro-protesta-em-frente-ao-stf-com-tochas-e-mascaras.shtml>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Fraser, Nancy. “Progressive neoliberalism versus reactionary populism: a Hobson’s choice”. *The great regression*, Ed. Hans Geiselberger. Cambridge, Polity Press, 2017, pp. 54-60.
- Freeden, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Oxford, Clarendon Press, 1998.

- Gazeta do Povo*. “Ernesto Araújo avalia candidatura a deputado federal em 2022, diz jornal”. *Gazeta do Povo*, 10 mayo 2021, <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/breves/ernesto-araujo-avalia-candidatura-a-deputado-federal-em-2022-diz-jornal/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Gonçalves, Leandro Pereira y Odilon Caldeira Neto. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2020.
- G1. “Será um grande erro não investir no Brasil, diz Paulo Guedes”. *G1*, 20 oct. 2020, <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/10/20/sera-um-grande-erro-nao-investir-no-brasil-diz-paulo-guedes.ghtml>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Incisa, Ludovico. “Populismo”. *Dicionário de política*, Orgs. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci y Gianfranco Pasquino. vol. II. 11, Brasília, Editora da UnB, 1998, pp. 980-986 .
- Lacerda, Carlos. *Brasil entre a verdade e a mentira*. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1965.
- Lynch, Christian Edward Cyril. “Cultura política brasileira”. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, n.º 36, 2017, <https://seer.ufrgs.br/index.php/revfacdir/article/view/76070>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- . “Ascensão, fastígio e declínio da ‘Revolução Judiciária’”. *Insight Inteligência*, n.º 79, s. f., <https://insightinteligencia.com.br/ascensao-fastigio-e-declinio-da-revolucao-judiciaria/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- . “A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-2020)”. *Insight Inteligência*, n.º 89, s. f., <https://insightinteligencia.com.br/a-utopia-reacionaria-do-governo-bolsonaro-2018-2020/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Maciel, Lício y José Conegundes do Nascimento. *Orvil: tentativas de tomada de poder*. Brasília, Schoba, 2012.
- Malatian, Teresa. *Império e missão: um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2002.
- Medeiros, Jotabê. “CGU isenta pesquisador que criticou Bolsonaro e foi denunciado por presidente da Fundação Rui Barbosa”. *Farofafa*, 6 abr. 2021, <https://farofafa.cartacapital.com.br/2021/04/06/cgu-isenta-pesquisador-que-criticou-bolsonaro-e-foi-denunciado-por-presidente-da-fundacao-rui-barbosa/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Meira Penna, Osvaldo de. *O Dinossauro: uma pesquisa sobre o Estado, o Patrimonialismo selvagem e a nova classe de intelectuais e burocratas*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1988.
- Merquior, José Guilherme. *O liberalismo – antigo e moderno*. São Paulo, É Realizações, 2014.
- Moura, Athos. “CGU recomenda arquivamento de representação de presidente da Casa Rui Barbosa contra servidor que criticou Bolsonaro”. *O Globo*, 7 abr. 2021, <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/cgu-recomenda-arquivamento-de-representacao-de-presidente-da-casa-rui-barbosa-contra-servidor-que-criticou-bolsonaro.html>. Visitado 12 de agosto de 2021.

- Mudde, Cas. *The Far-right Today*. Cambridge, Polity Press, 2019.
- Muniz, Mariana. “Servidor perde cargo na casa Rui Barbosa por ser crítico a Bolsonaro”. *Veja*, 15 ene. 2020, <https://veja.abril.com.br/blog/radar/servidor-perde-cargo-na-casa-de-rui-barbosa-por-criticas-a-bolsonaro/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Pires, Breiller. “O plano de Bolsonaro é manter domínio sobre 30% do eleitorado e se tornar o Lula de direita”. *El País*, 31 jul. 2019, https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/30/politica/1564505948_833127.html. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Portinari, Natália y Janaína Figueiredo. “Como a guerra pela comunicação no Planalto levou à saída de Santos Cruz”. *O Globo*, 20 jun. 2019, <https://oglobo.globo.com/epoca/como-guerra-pela-comunicacao-no-planalto-levou-saida-de-santos-cruz-2375306>. Visitado 12 de agosto 2021.
- Rocha, João Cezar de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia, Editora Caminhos, 2020.
- Rosanvallon, Pierre. *Le siècle du populisme : histoire, théorie, critique*. Paris, Seuil, 2020.
- Rossi, Amanda et al. “Quebra de sigilos do caso Flávio revela indícios de ‘rachadinha’ em gabinetes de Jair e Carlos Bolsonaro”. *Folha de S. Paulo*, 15 mar. 2021, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/quebra-de-sigilos-do-caso-flavio-revela-indicios-de-rachadinha-em-gabinetes-de-jair-e-carlos-bolsonaro.shtml>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Said, Flávia. “Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o Gabinete do Ódio”. *Congresso em Foco*, 29 mayo 2020, <https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Scheppele, Kim Lane. “Autocratic Legalism”. *University of Chicago Law Review*, vol. 85, n.º 2, 2018, <https://lawreview.uchicago.edu/publication/autocratic-legalism>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Serviço Público Federal. *Laudo Nº 1242/2020 - INC/DITEC/PF*. S. l., Serviço Público Federal, 2020, https://www.otempo.com.br/polopoly_fs/1.2340861.1590179230!/menu/standard/file/laudo-digitalizado_220520201218.pdf. Visitado 14 de agosto de 2021.
- Shores, Nicholas, Eduardo Laguna y Daniel Galvão. “Como é fácil impor uma ditadura no Brasil, diz Bolsonaro”. *Terra*, 11 mar. 2021, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/como-e-facil-impor-uma-ditadura-no-brasil-diz-bolsonaro,f3e050c4c116cab263fecadd2e758128v7bl5tad.html>. Visitado 12 de agosto de 2021.
- Singer, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- Sousa, Rodrigo Farias de. *A nova esquerda americana: de Port Huron aos Weathermen (1960-1969)*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2009.
- Teitelbaum, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. Trad. Cíntia Costa. Campinas, Editora Unicamp, 2020.

Teixeira, Mauro Eustáquio Costa. “A democracia fardada: imaginário político e negação do consenso durante a transição brasileira (1979-1988)”. *Aedos*, vol. 5, n.º 13, 2013, pp. 58-79. Trindade, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo, Editora Difel, 1979.

Ustra, Carlos Alberto B. *A verdade sufocada*. S. l., Brillhante Ustra, 2006.

Voegelin, Eric. *A nova ciência da política*. Brasília, Editora da UnB, 1982.